

## Intervenção de Francisco Sá Carneiro na Assembleia da República (Lisboa, 11 Fevereiro 1977)

**Source:** Diário da Assembleia da República. 11.02.1977, n° 74 (I Legislatura, 1a Sessão legislativa). Lisboa: Assembleia da República. <http://debates.parlamento.pt/diary.aspx?cid=r3.dar&num=074&leg=l01&ses=s11>.

**Copyright:** Debates Parlamentares / Assembleia da República

**URL:**

[http://www.cvce.eu/obj/intervencao\\_de\\_francisco\\_sa\\_carneiro\\_na\\_assembleia\\_da\\_republica\\_lisboa\\_11\\_fevereiro\\_1977-pt-28202e93-071d-43c0-b7c3-91b515d55caa.html](http://www.cvce.eu/obj/intervencao_de_francisco_sa_carneiro_na_assembleia_da_republica_lisboa_11_fevereiro_1977-pt-28202e93-071d-43c0-b7c3-91b515d55caa.html)

**Publication date:** 20/10/2012

## Intervenção de Francisco Sá Carneiro na Assembleia da República (Lisboa, 11 Fevereiro 1977)

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Sá Carneiro.

**O Sr. Sá Carneiro (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A decisão do passado dia 8 tomada pelo Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia constitui um marco fundamental na evolução da integração de Portugal nessa Comunidade.

Não podemos, como partido, deixar de nos regozijar profundamente com essa decisão comunitária. Ela marca, em primeiro lugar, uma declarada vontade política de abertura do Mercado Comum a Portugal. Com consciência embora das dificuldades que a adesão portuguesa implica para o nosso país no campo económico, social, financeiro e agrícola e para a própria Comunidade no campo do funcionamento das instituições, marca-se depois nessa resolução um desejo de cooperação e de busca de soluções conjuntas. Por último, tal deliberação traduz o predomínio da concepção política da Comunidade sobre a concepção económica. E também neste aspecto pensamos que se deu uma opção fundamental na orientação dos destinos da Europa. Entendido como comunidade económica restrita aos países desenvolvidos, o Mercado Comum cedo se tornaria fonte de desigualdades e de divisões profundamente nocivas para a causa da democracia e do progresso dos povos europeus.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Orador: - Uma Comunidade entendida como grupo de países ricos, auto-suficientes, divididos dos países menos desenvolvidos do Sul da Europa, marcaria uma condenável divisão entre Norte e Sul, numa Europa infelizmente já dividida entre o Leste e o Oeste.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Orador: - Não podemos, pois, deixar de assinalar este facto histórico, esta nova orientação, que traduz no fundo a concepção justa da Europa, o reencontro da evolução europeia com o desejo dos seus fundadores. Vamos, assim o esperamos, a caminho da Europa pensada, na frase de Jean Monet, não como coligação de Estados, mas como verdadeira união de povos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Verdadeira união de povos que tem de traduzir-se, não apenas nem sobretudo como uma integração de Estados, mas sim como a expressão de uma solidariedade internacional que, com imaginação, com ousadia e apontando a um horizonte do futuro internacional justo, solidário e igualitário, vai encontrar as soluções difíceis para harmonizar o funcionamento das instituições europeias, para coordenar os problemas económicos de que a Comunidade enferma, com os problemas muito sérios que se depararão aos novos membros.

Como partido, regozijamo-nos profundamente com esta decisão, qualquer que seja a solução imediata para que ela aponte. A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia é o objectivo desejável. Ela não pode ser imediata, mas pode ser imediatamente pedida. Dará lugar à abertura de negociações que, no desejo já expresso da Comunidade, que é também o do nosso país, possibilitem o encontro de soluções adequadas, o estabelecimento de um período de transição. O que consideramos indispensável é que essa fase de adesão não efectivada ou de pré-adesão, como se quiser chamar, comporte desde já a possibilidade de participação nos fundos comunitários, e a de apoio das organizações comunitárias no estabelecimento de mecanismos adequados para a adaptação económica de que depende a plena integração.

Como partido, dizia, regozijamo-nos, visto que sustentamos desde Novembro de 1974, data da aprovação do nosso programa, que a integração de Portugal na Europa era possível e desejável, era o futuro do caminho do progresso e da democracia portuguesa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ...sustentando também que não bastava olhar para a Europa com os olhos no Mercado Comum, mas sim com o pensamento numa verdadeira comunidade, favorecendo mesmo a institucionalização de órgãos supranacionais.

Quando aqui foi discutido o Programa do Governo tivemos ocasião, através dos nossos pedidos de esclarecimento, de contribuir para que o Governo precisasse a sua ideia. Falando inicialmente apenas na integração, o Governo, pela boca do Primeiro-Ministro, veio finalmente a concretizar que o que se pensava, em matéria de política europeia, era requerer desde já a adesão, contando com um prazo de negociações que poderia ir até três anos e com um período transitório de dez anos. Esclarecido este ponto, verificada a abertura da Comunidade ao desejo de Portugal de a ela aderir, nos termos do artigo 237.2 do Tratado de Roma, como partido não temos qualquer dúvida em declarar, antes do início da visita do Primeiro-Ministro, que apoiamos a política do Governo de requerer imediatamente a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia

### ***Aplausos do PSD***

Fazemo-lo também com a consciência de que este é o caminho certo para a consolidação da democracia portuguesa, para a participação de Portugal, na continuação da sua missão histórica, no trabalho de união dos povos da Europa e dos povos dos países democráticos, de que este é o caminho da recuperação económica, da obtenção de igualdade de condições, designadamente para os nossos trabalhadores imigrados, e de uma prosperidade que seja encarada, não como fonte de riqueza, mas como meio de desenvolvimento da pessoa.

Trata-se de um projecto nacional e não de uma posição partidária. Trata-se de uma opção histórica, não de um recurso a um meio circunstancial para salvação económica.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Como projecto nacional, como opção histórica, a opção europeia, o projecto de adesão vai marcar profundamente a nossa vida presente e futura.

Regressamos, ao fim de cinco séculos, às nossas fronteiras do século XV. Encontramo-nos, ao fim de cinco séculos, connosco próprios, com o nosso território europeu. Encaminhando-nos para a Europa correspondemos ao nosso destino histórico. Podemos encetar, como no passado aconteceu sempre que nos abrimos à Europa, um período de grandeza, que será mais cultural porque mais humana, do que a grandeza artificial das descobertas ou do tráfico de escravos ou do ouro do Brasil: porque será uma verdadeira grandeza de pessoas e de povo, unidos aos europeus.

### ***Aplausos do PSD***

É por isto mesmo que, encarando este projecto e esta opção na sua verdadeira dimensão, nós podemos dizer que eles não são nem podem ser um projecto ou uma opção partidários. Uma decisão desta envergadura requer o consenso maioritário de todo um povo. Uma tarefa com estas dificuldades requer um empenhamento geral. Há pois que mobilizar os esforços de todos quantos acreditam na integração europeia como via histórica de um Portugal democrático e progressivo

**O Sr. Sousa Franco (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Só com a mobilização das forças políticas, sindicais e económicas que acreditam na integração europeia será possível levar a cabo este desafio histórico, que o é simultaneamente para nós e para a CEE. É por isso que entendemos que todas essas forças e os partidos que apoiam a integração europeia devem ser chamados a um acompanhamento participativo não só da evolução política do assunto como das próprias negociações. Estas vão desempenhar uma missão primordial, evitando que à nossa

economia débil, à nossa agricultura antiquada, mas sobretudo esquecida, se criem as condições que poderiam contribuir, não para o seu progresso, mas para a sua morte.

As negociações e o papel da respectiva Comissão vão ser, nestes três ou quatro próximos anos, decisivos para a evolução social, política e económica do nosso país. É, pois, necessário que pelo menos as forças e os partidos que apoiam a integração tenham uma informação oficial e imediata do que se vai passando e possam participar activamente, cada um na sua esfera, na evolução das negociações

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Estamos mais uma vez abertos, como partido, a uma cooperação democrática, pensando no bem do nosso país, nos interesses do nosso povo, no futuro da democracia, sem a qual Portugal carece de verdadeiro sentido histórico.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Que saibamos todos, aqueles que são favoráveis à integração europeia, unir-nos neste esforço, para que resulte a acção do Governo, para que seja um sucesso o esforço de Portugal e da própria Europa, encontrados consigo próprios dentro de fronteiras limitadas apenas pela liberdade e pela democracia e com o progresso e a justiça social como mola de desenvolvimento interior.

É este o nosso voto.

*Aplausos do PSD e de alguns Deputados do PS e do CDS*